



LEI Nº 823, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a fixação de um assessor parlamentar para cada vereador no âmbito do Município de Uruburetama e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUBURETAMA, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, faz saber que o Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica estabelecido que cada vereador da Câmara Municipal de Uruburetama terá direito à nomeação de 1 (um) assessor parlamentar para o exercício de suas funções no âmbito legislativo.

§1º. A indicação do assessor parlamentar será realizada exclusivamente pelo vereador ao qual o assessor estará vinculado.

§2º. O ato de nomeação do assessor parlamentar será formalizado mediante assinatura conjunta do Presidente da Câmara Municipal e do vereador responsável pela indicação.

§3º. O assessor parlamentar deverá exercer suas funções prioritariamente no gabinete do respectivo vereador, auxiliando-o no desempenho de suas atividades legislativas, administrativas e institucionais.

§4º. O assessor parlamentar poderá desempenhar outras funções administrativas ou operacionais dentro da Câmara Municipal, desde que não prejudiquem as atribuições exercidas no gabinete do vereador ao qual está vinculado.

§5º. O vereador será responsável por acompanhar e controlar a jornada de trabalho do assessor parlamentar, garantindo o cumprimento das atividades definidas no âmbito legislativo.

Art. 2º. As atribuições, requisitos para nomeação e a remuneração do assessor parlamentar serão definidos por ato normativo da Mesa Diretora da Câmara Municipal, observadas as disposições legais aplicáveis.

Art. 3º. A presente lei não cria novos cargos no âmbito da Câmara Municipal de Uruburetama, devendo ser respeitados os cargos existentes na estrutura administrativa vigente.



Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor em 1.º de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Uruburetama, Estado do Ceará, aos 13 de novembro de 2024.

Francisco Aldir Chaves da Silva
Prefeito Municipal de Uruburetama

Publicação por afixação no flanelógrafo do Paço da Prefeitura Municipal de Uruburetama em 13 de novembro de 2024, na forma do Art. 86 da Lei Orgânica Municipal e da Decisão firmada pelo STJ – Recurso Especial nº 105.232 (9600.6484/Ceará)



EDITAL DE PUBLICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBURETAMA, ESTADO DO CEARÁ, no uso da competência que lhe confere o artigo 28, inciso X, da Constituição do Estado do Ceará, e o artigo 86 da Lei Orgânica Municipal e da Decisão firmada pelo STJ – Recurso Especial nº 105.232 (9600 6484/Ceará), **PUBLICA**, mediante afixação no Paço Municipal, e nos demais locais de amplo acesso público, a Lei Municipal nº 823, de 13 de novembro de 2024, que “Dispõe sobre a fixação de um assessor parlamentar para cada vereador no âmbito do Município de Uruburetama e dá outras providências.”.

Paço da Prefeitura Municipal de Uruburetama, Estado do Ceará, aos 13 de novembro de 2024.



João Eduardo Chaves da Silva Martins
Secretário Municipal de Governo



CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

CERTIFICO para os devidos fins, em cumprimento do artigo 28, inciso X, da Constituição do Estado do Ceará, e o artigo 86 da Lei Orgânica Municipal e da Decisão firmada pelo STJ – Recurso Especial nº 105.232 (9600 6484/Ceará), 12.527/2011 e a legislação municipal vigente, que foi **PUBLICADO** mediante afixação no Paço Municipal desta Prefeitura em demais locais de amplo acesso público, da **Lei Municipal nº 823, de 13 de novembro de 2024**, que *“Dispõe sobre a fixação de um assessor parlamentar para cada vereador no âmbito do Município de Uruburetama e dá outras providências.”*

Paço da Prefeitura Municipal de Uruburetama, Estado do Ceará, aos 13 de novembro de 2024.

João Eduardo Chaves da Silva Martins
Secretário Municipal de Governo